

FLÁVIO DA SILVA ANDRADE

JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL

Controvérsias
e desafios

2^a edição

*Revista, atualizada
e ampliada*

2022



Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/sac>

Copyright: Edições JusPodivm

Capa:  Ana Caquetti

A553j Andrade, Flávio da Silva.
Justiça penal consensual: controvérsias e desafios / Flávio da Silva Andrade – 2.
ed. rev. ampl. e atual – São Paulo: Editora JusPodivm, 2022.
304 p.

Bibliografia.
ISBN 978-65-5680-825-3.

1. Direito Processual Penal. I. Andrade, Flávio da Silva. II. Título.

CDD 341.5

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPodivm.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPodivm. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	23
1. INTRODUÇÃO	25
2. O CONSENSO NO PROCESSO PENAL.....	29
2.1. A concepção habermasiana de consenso direcionada ao processo penal.....	39
2.1.1. A teoria da ação comunicativa e a formação de um consenso válido.....	40
2.1.2. A visão habermasiana de consenso no contexto da justiça criminal.....	49
3. JUSTIÇA PENAL CONSENSUAL	57
3.1. Aproximação conceitual.....	57
3.2. Fatores de emergência.....	60
3.3. Fundamentos legitimadores.....	63
3.4. Instrumentos e procedimentos	73
3.5. Controvérsias e críticas.....	94
4. O MODELO NORTE-AMERICANO DE JUSTIÇA PENAL NEGOCIADA	119
4.1. Noções sobre o processo penal estadunidense.....	120
4.2. O <i>plea bargaining</i>	124
4.2.1. As críticas e as reclamações por reformas no instituto do <i>plea bargaining</i>	136
5. OS MECANISMOS DE SOLUÇÃO POR CONSENSO NO PROCESSO PENAL DE PORTUGAL.....	143
5.1. Suspensão provisória do processo.....	144
5.2. Procedimento sumaríssimo.....	149

5.3. Mediação penal de adultos	154
5.4. Colaboração processual ou arrependimento	157
5.5. A confissão integral e sem reservas, seus efeitos e a ausência de previsão legal para a adoção de acordos sobre a sentença penal no modelo português	159
6. OS ACORDOS CRIMINAIS NO BRASIL	165
6.1. A renunciabilidade de direitos fundamentais no Estado Democrático de Direito	167
6.1.2. A admissibilidade da renúncia ao exercício de direitos fundamentais pelo acusado a partir da celebração de acordos criminais	181
6.2. Os instrumentos brasileiros de resolução consensual do processo penal	193
6.2.1. Composição civil	195
6.2.2. Transação penal	197
6.2.3. Suspensão condicional do processo	205
6.2.4. Colaboração premiada	213
6.2.5. Acordo de não persecução penal	239
6.2.5.1. A ampliação dos espaços de consenso no processo penal e a introdução do ANPP no ordenamento jurídico nacional	239
6.2.5.2. Conceito, natureza jurídica e constitucionalidade	242
6.2.5.3. Cabimento, requisitos e condições	247
6.2.5.4. Procedimento para a formalização da proposta de acordo e eventual recusa do Ministério Público	265
6.2.5.5. Homologação judicial do acordo, eventual recusa do juiz e cumprimento/descumprimento da avença	269
6.2.5.6. Vantagens, desvantagens e perigos	275
7. CONCLUSÕES	283
REFERÊNCIAS	289